

Ariès, Philippe — *História Social da criança e da família*. Tradução de Dora Flaksman. 2ª ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Lana Lage da Gama Lima
Universidade Federal Fluminense

L'Enfant et la vie familiale sous l' Ancien Régime foi apresentado ao leitor brasileiro através da tradução de uma versão abreviada, publicada pelas Editions du Seuil, de Paris, em 1975. Nessa edição, a segunda parte do livro, intitulada *A vida escolástica*, foi praticamente eliminada. Dos oito capítulos que compõem o original, um deles — *Do externato ao internato* — foi totalmente suprimido, enquanto os outros foram reduzidos de forma drástica (o capítulo 6 — *As "pequenas escolas"* — passou a ter exatamente 14 linhas), mantendo-se intacto o texto da conclusão geral.

Esse corte, cuja lógica não conseguimos perceber, prejudicou o equilíbrio da obra, privando o leitor de acompanhar, através da criação e das transformações do mundo escolar, o surgimento e consolidação do sentimento de infância. Desse modo, o livro se apresenta desfalcado de um dos dois campos de pesquisa e reflexão fundamentais para o desenvolvimento da questão que propõe: como e quando foi criada a idéia moderna de infância. O outro campo — o mundo familiar — é tratado na terceira parte do livro, felizmente reproduzido de forma integral.

Na primeira parte, o autor reflete sobre a consciência que cada época tem das "idades da vida", concluindo que a descoberta da infância se inicia no século XIII e sua evolução pode ser acompanhada, através da iconografia, entre os séculos XIV e XVI, mas que é durante o século XVII que os sinais de seu desenvolvimento se tornam mais abundantes e mais significativos.

Philippe Ariès, apesar de considerar-se historiador de fim de semana, mantendo sua ocupação como especialista em técnicas de informação sobre agricultura tropical, tornou-se, sem a menor sombra de dúvida, um nome fundamental na história social francesa, particularmente entre os que se

dedicam ao estudo das mentalidades. Temas como a infância, a educação, o casamento, o amor e a morte têm merecido sua atenção, e dado origem a trabalhos que conjugam uma profunda erudição com uma inteligência brilhante, como *L'Homme devant la mort*, editado na França em 1977 e traduzido no Brasil, pela Francisco Alves, em 1981/82.

No prefácio à reedição francesa da *História Social da criança e da família*, Ariès tece algumas observações acerca de sua obra e da repercussão que teve nos meios acadêmicos. De início, destaca as duas teses centrais que presidiram seu trabalho. Em primeiro lugar, uma interpretação das sociedades tradicionais: nelas, a infância se reduzia ao seu período mais frágil, mal adquiria algum desembaraço físico, a criança se misturava aos adultos. Sua socialização se fazia fora da família, que tinha como missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício, a ajuda mútua quotidiana e a proteção da vida, sem que isso implicasse uma relação afetiva entre seus membros. As trocas de afeto e a socialização se davam num meio muito mais amplo, através da vida comunitária com suas festas, jogos e cerimônias coletivas. A segunda tese pretende mostrar o novo lugar assumido pela criança nas sociedades modernas. Essa mudança é acompanhada, como já observamos, através do exame de duas instituições: a escola e a família. Vemos, então, como os colégios são criados e pouco a pouco se tornam o meio de educação por excelência. A criança é separada dos adultos, numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa mudança constitui uma das faces do movimento de moralização promovido pelos reformadores católicos e protestantes em fins do século XVII. Por outro lado, a família torna-se lugar de afeição necessária, expressa sobretudo pela importância que se passou a atribuir à criança e à sua educação. No início do século XVIII, Ariès observa, na França, o recolhimento da família longe da vida coletiva, numa casa melhor preparada, por sua nova concepção arquitetônica, para a intimidade e a privatização. É interessante notar que o autor se refere sempre à família nuclear, contribuindo para a crítica do mito da família extensa, que, segundo ele, só teria existido em épocas e situações muito específicas.

Antes de examinarmos, de modo sucinto, as principais conclusões de Ariès em cada uma das partes de seu livro, gostaríamos de chamar a atenção para o que consideramos sua grande contribuição a nível da metodologia: a utilização fecunda das fontes iconográficas. *História Social da criança e da família* constitui uma verdadeira aula sobre a importância da imagem para o historiador e as formas de leitura desse tipo de fonte. Ariès estabelece cruzamentos extremamente eficazes entre esse material e os testemunhos escritos, entre os quais privilegia diários, cartas, memórias e outros relatos de caráter íntimo e pessoal. Esse trabalho de verdadeiro tecelão foi também realizado em seu estudo sobre a morte, já referido.

O *sentimento da infância* é o título da primeira parte da obra, onde Ariès analisa a concepção das idades da vida expressa em *Le Grand Propriétaire de Toutes les Choses*, compilação latina do séc. XIII reeditada em francês em meados do séc. XVI, e nas ilustrações dos calendários, concluindo que a cada época corresponde uma periodização particular da vida humana. Em seguida, examina a evolução da representação pictórica da criança, desde os adultos miniaturizados da Idade Média, passando pela infância sacra e pelos *putti*, até chegar ao retrato do século XVII. Vemos, então, que apesar das condições demográficas terem se mantido mais ou menos estáveis entre os séculos XII e XVII, com persistência das altas taxas de mortalidade infantil, uma nova sensibilidade surgiu a partir desse último século em relação à criança, cuja perda passou a ser sentida de forma mais dolorosa.

O *traje das crianças* constitui um capítulo encantador, em que a diferenciação progressiva do vestir infantil é associada ao desenvolvimento do próprio sentimento da infância. Ariès observa que esse processo se dá em primeiro lugar entre as famílias nobres e burguesas e, de início, atinge apenas os meninos. As meninas ficarão por mais tempo à margem desse sinal de segregação que é o traje infantil, assim como permanecerão por longo período afastadas da escola, instituição segregadora por excelência.

Outro capítulo extremamente interessante é o que trata dos jogos e brincadeiras. Ariès acompanha, seguindo a linha geral do livro, a diferenciação progressiva dos jogos e brincadeiras infantis a partir das atividades de lazer que, a princípio, eram praticadas por toda a coletividade. Uma das fontes mais importantes para essa pesquisa foi o diário de Heroard, médico de Luiz XIII, sobre a infância do monarca.

A primeira parte do livro se encerra com uma apreciação das transformações verificadas no tocante à moralidade da criança. Progressivamente passa-se a poupar a criança de brincadeiras ou atitudes diretamente ligadas à sexualidade, prescrevendo-se uma nova moral que pode ser acompanhada através dos textos destinados à aprendizagem da leitura e da escrita. Uma noção essencial se impôs, no século XVII, abrindo campo para a aplicação efetiva dos conselhos dos moralistas: a da inocência infantil. Essa noção se refletiu também na iconografia e nas práticas religiosas infantis, especialmente com a instituição da primeira comunhão.

Ao final, Ariès conclui que existiram, a princípio, dois sentimentos de infância. Da falta de discernimento da particularidade infantil, característica da sociedade medieval, passou-se a um sentimento da infância associado à aparição da criança que, por sua graça e ingenuidade, tornava-se fonte de distração e relaxamento para o adulto. Esse sentimento foi duramente criticado pelos moralistas que propunham outra concepção da infân-

cia. Concepção que acabou vencendo e se tornando a inspiradora de toda a educação até o século XX. “O apego à infância e à sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral”.

O primeiro sentimento surgiu no meio familiar; o segundo proveio de eclesiásticos, homens da lei ou moralistas preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esse sentimento foi, aos poucos, contaminando também a vida familiar, e no século XVIII, um novo elemento veio se somar a ele: a preocupação com a higiene e a saúde física.

Ao examinar a instituição escolar, o autor parte da observação da mistura absoluta de idades das escolas medievais para a análise de uma instituição nova: o colégio. Acompanha, então, a progressiva organização interna da vida colegial, com a separação das classes, das matérias e das faixas etárias e com a instauração de um regime disciplinar inspirado na vida monástica. Ariès mostra que a partir do século XV, e sobretudo nos séculos XVI e XVIII, o colégio iria dedicar-se essencialmente à educação e à formação da juventude. No fim do século XVIII, o ciclo escolar era bastante semelhante ao do século XIX, sendo a infância prolongada até o seu final. De início a população escolar coincidia muito menos do que hoje com o contorno das condições sociais. É a partir daquele século que é criado um sistema de ensino duplo: o liceu (ou secundário) para os burgueses e a escola (ou primário) para o povo. Há, portanto, sincronia entre a classe de idade moderna e a classe social: ambas nasceram no fim do século XVIII, com a burguesia.

A família é o tema da última parte do livro. No primeiro capítulo, o autor acompanha o processo de constituição da família moderna através da iconografia, concluindo que o sentimento moderno de família era desconhecido na Idade Média, surgindo nos séculos XV e XVI, para exprimir-se com vigor definitivo no século XVII. Nascida na burguesia, essa nova concepção da vida conjugal se difundiu no restante da sociedade a partir do século XVIII.

Ariès critica os historiadores que concebem a família conjugal moderna como conseqüência de uma evolução que no final da Idade Média teria enfraquecido a linhagem. Referindo-se às pesquisas de Georges Duby observa que a relação entre linhagem e família é mais complexa. A estrutura familiar é marcada por movimentos de dilatação e contração que acompanham as modificações da ordem política: em geral quando o Estado se fortalece, os laços de sangue se afrouxam. O sentimento de família se constrói em torno da família conjugal; a grande família patriarcal é uma invenção dos moralistas do século XIX.

O segundo capítulo trata da aprendizagem, que consistia no costume de enviar as crianças para outras casas para serem educadas através da prática do convívio social e do aprendizado das tarefas domésticas. A substituição dessa instituição pela escola coincide com a valorização dos laços afetivos entre pais e filhos e com a nova moral pregada pelos educadores.

A nova concepção arquitetônica das casas vai, como já referimos, isolar, a partir do século XVIII, a família da promiscuidade da vida coletiva, estreitando os laços entre seus membros. A família passa a excluir os criados, clientes e amigos de sua convivência quotidiana. Paralelamente se dá o progresso da idéia de higiene.

Portanto, até o século XVII, a vida é vivida em público, a família conjugal se mistura à multidão, onde se dá a socialização da criança, é no século XVIII apenas que esse quadro se modifica dando origem à nossa concepção moderna de família.

Na conclusão final do livro, Philippe Ariès caracteriza a família moderna como fenômeno de origem burguesa, fazendo a relação entre o sentimento de família e o sentimento de classe. Observa que no mundo moderno as famílias e as classes se aproximam por sua semelhança moral e identidade de gênero de vida. Ao contrário, o antigo corpo social englobava a maior variedade de condições sociais, que eram mais distinguidas e hierarquizadas quanto mais se aproximavam no espaço. As distâncias morais supriam as distâncias físicas e o rigor dos sinais exteriores de respeito e diferenças de vestuário corrigiam a familiaridade da vida em comum. As pessoas viviam em estado de contraste e a diversidade do mundo social era aceita como dado natural. Mas houve um momento em que a burguesia não suportou mais a pressão da multidão nem o contato com o povo e organizou-se à parte: a justaposição de desigualdades pareceu-lhe intolerável. A nova sociedade burguesa passou a assegurar a cada gênero de vida um espaço reservado cujas características deviam ser respeitadas.

Para Ariès, “o sentimento de família, o sentimento de classe e talvez, em outra área, o sentimento de raça surgem portanto como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade”.

L'Enfant et la Vie familiale, sous l'Ancien Régime, além de possuir, como já indicamos, importância fundamental para os que trabalham em História Social, constitui um texto fascinante para o leigo. A riqueza das fontes, o resgate da vida quotidiana, o cuidado em evitar anacronismos num tema tão subjetivo e finalmente, a historização de sentimentos comumente vivenciados como eternos, tornam a obra fonte de prazer e conhecimento para qualquer leitor.

Sentimos, no entanto, ao longo de seus capítulos, a ausência de um arcabouço teórico que sustentasse e esclarecesse melhor a relação que faz entre criança, família, escola e burguesia. Faltou, a nosso ver, inserir essa relação num movimento mais amplo de transformação estrutural da sociedade francesa entre os séculos XVII e XIX. Apenas a simples referência à burguesia como origem dessas mudanças verificadas a nível das mentalidades e das práticas sociais quotidianas, não é suficiente como fator explicativo. Lamentamos, nas análises de Ariès, a ausência de dois elementos essenciais: a questão do trabalho e a da constituição do Estado burguês, com seus novos mecanismos de controle social.

Desse modo, Ariès acaba por fornecer informações da maior importância para a compreensão do movimento global das sociedades, sem fazer, ele próprio, as articulações teóricas que permitiriam explicá-lo a partir da questão que escolheu como ponto de observação.